

·AS RAIZES

·COLONIAIS

·DA DEPENDÊNCIA

·E DO SUB-DESENVOLVI-

·MENTO

ENRIQUE PEREGALLI

Enrique Peregalli, Professor Visitante do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal do Pará, formado em Filosofia no Uruguai, licenciou-se em História na Universidade de São Paulo (USP) obtendo o título de Mestre na Universidade Católica da mesma cidade, com sua dissertação "O Exército Colonial na Capitania de São Paulo". É autor dos seguintes trabalhos já publicados: Como o Brasil ficou assim? (Formação das fronteiras e tratados de limites); Trabalho Livre e Trabalho Escravo na Fronteira do Brasil Meridional; A Estrada Sacramento-Sorocaba na Apropriação de terras e Gado no Brasil Meridional; Gaucho, Gauchismo, Gauchesco; O Civilismo e as Salvações: o governo Hermes da Fonseca; Gramsci, o Fascismo e a Questão Meridional: uma abordagem historiográfica; A Consciência Coletiva no Desenvolvimento do Capitalismo.

8

1.1 Os países ibéricos no século XVIII

A Idade Moderna se abre com a expansão ultramarina européia que teve no comércio sua mola propulsora e no capital mercantil - especialmente o italiano - o combustível para as grandes navegações e os descobrimentos extracontinentais. A procura e a comercialização de produtos orientais estimularam o setor mercantil, deslocando o polo central do Mediterrâneo para o Atlântico. Em decorrência e com a ampliação do mercado mundial do século XVI foram criadas as condições e o marco geral dentro do qual a moderna expansão do capital pôde verificar-se.

Mudanças na circulação e na produção abafaram o padrão tradicional de expansão, baseado nos mercadores italianos e seus associados, nos conquistadores espanhóis e portugueses, na economia báltica das Cidades-Estados alemãs. Este padrão sucumbiu na depressão do século XVII, última fase da transição geral de uma economia feudal para uma economia capitalista (1).

A Monarquia Absoluta, o Regime Mercantilista e o grande comércio ultramarino foram condições necessárias para o desenvolvimento capitalista, mas não suficientes. Estes fatores devem ser combinados com as condições particulares de cada região ou país, que tanto pode provocar uma estagnação - como na Espanha e Portugal -, a decadência após ascensão - como a Holanda-, ou um surto revolucionário - como na Inglaterra.

Estas sínteses - com o pecado de todas elas - não devem levar-nos a uma leitura linear da história. O crescimento comercial português do século XVII - em relação ao declínio geral - não permite que o encerremos dentro do contexto da decadência e estagnação econômicas do resto da península. Mas no reverso da moeda, Portugal perdeu mais cedo que a Espanha seu lugar de vanguarda, conquista durante a expansão comercial (2).

Os novos polos centrais foram os Estados marítimos nas margens do Mar do Norte e do Atlântico norte. Por que dentro deles, a Inglaterra avançou mais rapidamente? Por que a modo de trampolim, a Inglaterra necessitou subdesenvolver Portugal para se desenvolver? O país do norte acumulou mais capital que outros, para investir na indústria?

Mantoux demonstrou que o sistema artesanal de produção inglês evoluiu para pequenas unidades empresarias, numa simbiose de capital e trabalho ainda não capitalista (os *pattigout sister*) para uma posterior evolução para o sistema fabril, impulso dado pela estrutura mercantil. Mas esta evolução não exigiu grandes capitais nem técnicos especializados (3).

Artesãos inovadores contaram com uma evolução econômica interna de 200 anos e uma estrutura mercantil (estendida lentamente na Europa). Os britânicos contaram com mão-de-obra abundante, matéria-prima à disposição, uma agricultura capaz de sustentar, vegetativamente, os operários, trabalhando

e consumindo as manufaturas que já não mais produziam (4).

Todas estas condições fundamentais, ainda não foram suficientes : a Inglaterra necessitou de um mercado externo e de um governo que abrisse ditos mercados, ainda que fosse a tiro de canhão. O desenvolvimento auto-centrado inglês adquiriu, então, uma dinâmica ascendente que culminou com a revolução industrial, liberando a economia inglesa das últimas amarras pré-capitalistas.

A Inglaterra possuía, em princípios do século XVIII, um setor manufatureiro intenso e desenvolvido, bem como uma estrutura comercial ainda mais desenvolvida.

"Entre 1700 e 1750 as atividades econômicas inglesas voltadas para o mercado interno aumentaram sua produção em 7% e as de exportações em 76 por cento. Entre 1750-1770 (período que podemos considerar como a pista para a 'decolagem' industrial) em mais 7% e 80% respectivamente" (5).

Este crescimento do setor externo é ainda anterior ao século XVIII. Entre 1662 e 1701 as exportações têxteis de lã inglesas aumentaram em mais de um milhão de libras esterlinas, isto é, mais 50% que em igual período anterior (6). Qual a diferença? A partir de 1700 os mercados coloniais absorveram a maior parte do crescimento industrial britânico. Em 1770 nada menos que 90% da produção de tecidos - agora fundamentalmente de algodão - seguia para as colônias (7). Nas páginas seguintes inseriremos este quadro nos surtos industriais luso-espanhóis.

Nossa preocupação, no momento, não é discutir como a explosão foi de tonada, mas como foi que se acumulou o material para a dita explosão. As raízes do desenvolvimento e do subdesenvolvimento dos países coloniais penetram nos mecanismos do processo de acumulação de capital em escala mundial. Os modos de produção colonial se modificaram e se relacionaram com este processo, e se inter-relacionaram com o subdesenvolvimento de Portugal e Espanha. SÃO ESTES MECANISMOS E SEU IMPACTO SOBRE AS ESTRUTURAS INTERNAS QUE VAMOS ANALISAR EM SEGUIDA.

- A Supremacia inglesa em Portugal

O intercâmbio comercial internacional não é feito por acordos entre parceiros em igualdade de condições. Além de um setor exportador capaz de conquistar mercados, os ingleses contaram com um governo disposto a empreender a guerra, que ao mutilar os competidores estrangeiros, fazia expandir as exportações.

Como bem registra Hobsbawm, se para alguma coisa servia a paz era para diminuir as exportações.

"Podemos pois resumir os três principais setores da demanda na gênese do industrialismo: as exportações, apoiadas pelo auxílio sistemático e agressivo do governo, proporcionaram a centelha e constituíram juntamente com a produção têxtil de algodão - o setor básico da industrialização (8).

Mas a Revolução Industrial não pode ser explicada em termos britânicos, mas de "uma economia mundial dos Estados marítimos europeus".

"A Grã-Bretanha fazir parte de uma ampla rede de relacionamentos econômicos, integrada ainda por várias áreas adiantadas, algumas das quais eram também áreas de industrialização pontencial, e por áreas economicamente dependentes, como também pelas margens de economias estrangeiras ainda não desenvolvidas substancialmente com a Europa. Essas economias dependentes consistiam em parte pelas colônias formais (como as da América) ou pontos de comércio e dominação (como no Oriente) e em parte regiões que até certo ponto eram especializadas economicamente em relação às solicitações de áreas adiantadas (como certas partes da Europa Central)" (9).

Enquanto regiões como a Alemanha Oriental forneciam alimentos para os homens da Revolução Industrial - em 1760 a agricultura inglesa estava em crise - provocando sua refeudalização, no Oriente os modos de produção não se modificaram substancialmente com a presença do mercado europeu. Na América será modificado ali onde a agricultura de exportação e a extração dos minerais o exigissem.

O que afirmamos é que o modo de produção capitalista não é nem exclusivo, nem excludente. Ele tanto pode impor seu modo de produção como articular-se com outros modos diferentes. Ao mesmo tempo, dentro do continente europeu existem e coexistem regiões mais desenvolvidas que outras. Assim, países como a Itália onde o germe do capitalismo foi plantado, mas não frutificou; como a Holanda que se estagnou, ou os próprios países ibéricos com uma grande massa de metais improdutiva... (10)

A Inglaterra soube combinar, com nenhum outro país, comércio, diplomacia, revolução agrária, religião para sair na frente dos outros países, também potencialmente aptos para a industrialização. Em seu esquema internacional de comércio, os lusitanos se transformaram num "entreposto comercial inglês" no século XVIII, e "numa horta inglesa" no século XIX (11).

Impondo acordos preferenciais de comércio a um país que necessitava de um aliado poderoso para considerar-se como uma entidade autônoma, os lusitanos concordaram (1642 - 1654 - 1661) em conceder "através de uma legislação inglesa dentro de Portugal", uma extraordinária liberdade de organização e ação aos mercadores ingleses. Na aurora do século XVIII, tanto em Lisboa como a meados do século em Cádiz, nada se mexia sem intermediação, antes ou depois, dos comerciantes ingleses.

O controle econômico exercido pelos britânicos tinha como finalidade, antes apropriar-se do comércio entre a metrópole e suas colônias, do que modificar a estrutura produtiva interna de Portugal. Cada vez que o governo lusitano hesitava em concordar com alguma reivindicação dos ingleses, estes ancoravam sua frota de guerra nas costas portuguesas, evitando, com isto, que o fluxo de riquezas colonias chegasse a Lisboa. Portugal via-se asfixiado economicamente, sem disparar um tiro (12).

Em fins do século XVII, quando os preços sofreram um forte declínio, e os lusitanos tiveram que enfrentar sérias perdas no Oriente, mercadorias começaram a se estocar nos depósitos portugueses, coincidindo - causa e efeito - com a implantação de novos produtos - tabaco e açúcar - no Caribe inglês, francês e holandês.

Em 1670, quando o ouro brasileiro começava a fluir para Lisboa, parecia ter chegado ao fim o antigo relacionamento luso-inglês. Neste decaído quadro comercial, um artigo mantinha-se na pauta das exportações lusitanas: os vinhos portugueses.

Com o restabelecimento geral da economia do século XVIII, o diplomata inglês John Methuen desembarcou em Lisboa para reativar os antigos laços, afrouxados, mas não desamarrados. Combinou com a Coroa Portuguesa um tratado comercial - as implicações políticas serão analisadas no Capítulo seguintes - de linhas simples e destino tortuoso. O tratado determinava que os tecidos ingleses entrariam em Portugal livres de impostos, e em retribuição, os vinhos portugueses entrariam na Inglaterra.

"com um terço de redução sobre a taxa dos vinhos franceses" (13).

Durante os dez anos seguintes, as exportações inglesas para Portugal aumentaram de 200 mil libras esterlinas anuais para mais de um milhão, enquanto as exportações portuguesas aumentaram de 200 mil libras para o máximo de quatrocentas mil. Com o ouro trazido do Brasil, os portugueses cobriam a diferença (14).

A Grã-Bretanha se beneficiou de um nítido excedente na balança comercial com Portugal entre 1700 - 1760. Têxteis, combustível e produtos alimentares (manteiga, queijo, peixe, bacalhau e cereais) eram exportados, enquanto se importava vinho (mais de 80%), laranjas, limões, figos, azeite, sal e produtos coloniais.

Portugal perdia grandes quantidades de divisas "invisíveis" pelo transporte de mercadorias por parte dos ingleses. O vinho era levado por navios britânicos, já que Londres cobrava uma libra e doze xelins de sobretaxa sobre cada tonel introduzido por estrangeiros (O comércio de vinho e de têxtil era feito por grupos de comerciantes diferentes). Os britânicos obtinham excelentes lucros com as re-exportações de produtos estocados em Portugal, numa atividade similar às efetuadas pelos holandeses com a Espanha.

Quanto ao ouro português, a necessidade de fechar a balança comercial, levou o governo a ignorar a proibição de exportar ouro, liquidando suas contas externas com metais.

"O comércio de ouro-mercadorias, que há que distinguir do ouro-moeda, deixava lucros fabulosos".

Era em grande medida, como mercadoria que o ouro saía para a Inglaterra.

"Comerciantes ingleses compravam ouro em Lisboa e ilicitamente seguia na armada britânica para Londres".

E o governo português deixava passar este comércio.

"Tornou-se assim parcialmente uma realidade contabilística, mais que um fenômeno econômico" (15).

Seja como for, o ouro seguia para Londres, no circuito comercial que no fim da linha, acumulava capital na Inglaterra. Portugal não acumulava então capital? Se em 1760 a balança comercial era de quase um milhão de libras esterlinas a favor da Inglaterra, por volta de 1780 a balança era de quase cem mil a favor de Portugal (16). Como aconteceu esta reviravolta?

Durante os últimos vinte anos do século XVIII Portugal atravessou uma nova fase de prosperidade, assentada sobre a expansão do comércio asiático - em detrimento fundamentalmente da Holanda -, na re-exportação de algodão brasileiro, na política industrialista, e na direção favorável internacional.

Os tratados comerciais com a Inglaterra não significaram o abandono das atividades produtivas. Os capitais continuaram sendo aplicados na agricultura, na indústria, ainda que o crescimento da atividade mercantil colocasse um manto de fumaça diante do historiador. A maior parte da população se dedicava mais à indústria, à agricultura, que ao comércio, que como já vimos, estava nas mãos de comerciantes estrangeiros. Esta indústria estava integrada a um contexto rural e urbano interiorano, mais artesanal que mecanizado. E esta população não foi atingida pela concorrência inglesa, nem pela febre do ouro. Porém, o desenvolvimento manufatureiro sofre o efeito de ambas (17).

A política de Portugal, na segunda metade do século XVIII, será comandada "despoticamente e ilustradamente" - como se costuma denominar seu governo - pelo Secretário de Estado do rei Dom José - José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal -, que procurará tirar Portugal do atraso e das amarras da Inglaterra.

Na primeira fase mercantilista de seu governo, multiplicou as companhias comerciais monopolistas, enquanto o ouro brasileiro não só permitia

cobrir o déficit da balança comercial, como ainda permitia levar adiante as obras públicas desejadas pela Casa Real. Junto com a reativação comercial, Pombal colôcou a justiça lusitana por cima da justiça britânica, a qual assegurava, até então, impunidade aos súditos ingleses em terras deste país ibérico.

Duas palavras sobre Pombal: Quanto à sua atitude anti-inglesa, o Secretário não eliminou os privilégios concedidos aos comerciantes ingleses, o que significaria um confronto direto com Londres: ele apenas os neutralizou. Quanto a ser um homem da Companhia de Vinhos do Alto Douro, recentes pesquisas demonstram que seus negócios se dirigiam ao Brasil, onde tinha o monopólio, e pouco à Inglaterra. Pombal abriu, inclusive, suas portas para os capitais ingleses (18).

"Mas em breve o ouro começa a diminuir, sobretudo a partir de 1765; a cunhagem da Casa de Moeda de Lisboa diminuiu, os dízimos do Brasil estão em baixa, os lucros da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a princípio muito elevados enfraquecem e em breve são quase aniquilados. Vai-se entrar numa fase manufatureira, também ela provocada por uma crise comercial", nos moldes da de 1670 (19).

Nesta última data, Portugal ensaiou uma política "colbertina" importando técnicos e técnicas da França. Por que? A crise do fim do século exigia que o país obtivesse numerários com os quais pudesse continuar comprando as mercadorias que não produzisse, e isto quando os preços das matérias primas coloniais estavam em baixa. Podia-se desenvolver novos comércios, mas a crise acelerou o protecionismo das demais nações.

A opção passou a ser produzir aquilo que se devia importar. O surto manufatureiro de 1670, como o surto da segunda fase do governo pombalina foram as respostas à crise comercial. Passados estes períodos de retração comercial com a retomada do crescimento, esta atitude industrialista é abandonada.

Pombal tentou, sem êxito, anular a dependência da economia portuguesa, desencadeando um impulso mercantilista na primeira fase de seu governo e industrialista na segunda. O Secretário de Estado implantou uma política de extração de excedentes do Brasil "magnificado", isto é, aumentando ao máximo e explorar todas as possibilidades de captação de riquezas, para aumentar a fração de capital que permanecia em Portugal.

"A expansão colonial dos séculos XVII e XVIII proporcionou, pois, uma acumulação de capital que viria a construir um suporte do desenvolvimento industrial, além de ter fornecido à indústria múltiplas matérias-primas e um mercado para a colocação dos seus produtos, como as estatísticas do comércio externo, que cobrem os últimos 30 anos do século XVIII atestam" (20).

Ainda fica uma pergunta no ar. Se a Inglaterra tinha Portugal em su

as mãos, como o deixou escorregar por entre os dedos? a resposta deve ser en-
contrada no contexto internacional.

"Na segunda metade do século, a contribuição capital do comércio, leste-indiano e em especial da própria Índia, aumentou quantitativamente e qualitativamente. A vitória definitiva dos ingleses sobre os indianos na batalha de Plassey, em 1757, a deslocação dos franceses depois do tratado de paz de 1763 e o choque da Independência Americana, depois de 1776, foram, se não os fatores determinantes, pelo menos fatores que contribuíram para aumentar cada vez mais (segundo as palavras de Adam Smith) o desvio da "atenção" dos ingleses de uma 'extremidade' do mundo para outra" (21).

A batalha de Plassey foi a vitória dos ingleses sobre um inimigo que não carecia nem de armas de fogo, nem de organização. Seguiram-se os saques e a pilhagem de Bengala. Assim que chegaram a Londres as notícias sobre o assunto, o Banco da Inglaterra emitiu, pela primeira vez, as notas de 10 e 15 libras (22).

As práticas comerciais através da Companhia das Índias Orientais são sustentadas pelo domínio direto. Sua conquista reduz a hemorrhagia da prata americana, extraída pelos ingleses em forma de contrabando, ou pelo comércio direto com a Espanha, para cobrir seu deficitário comércio oriental. Com a ocupação da Índia, a Inglaterra obtém capitais indianos para os pagamentos de mercadorias mediante aumento do comércio interno, as licenças da alfândega, vendas de autorizações de todos os tipos, arrendamentos de serviços públicos, empréstimos, sustentados por um exército de indianos treinados e comandados por oficiais ingleses, pelo abuso e pelas arbitrariedades... pelas somas transferidas da Índia para a Inglaterra, entre 1757-1780, alcançaram 38 milhões de libras (23).

Impondo o livre-comércio inundaram o mercado indiano de mercadorias industrializadas inglesas, introduzindo uma camada de cobradores de impostos, rendeiros e usuários, exportando algodão e não mais manufaturas, ajudados por uma guerra de conquista e de intrigas, jogando indiano contra indiano, indu contra islamita, religião contra religião... destruindo o sistema produtivo rural, eliminando as suas manufaturas... conseguem subdesenvolver a Índia e esta é a resposta para aqueles que acreditam que uma América conquistada pelos ingleses, produziria um sem número de "Estados Unidos".

Mas voltemos ao Atlântico. Toda dominação tem seu espaço de variação. E este espaço foi aproveitado pelo governo Pombalino.

Concluindo: a partir do século XVII Portugal torna-se um país simultaneamente colonial e dependente. Não é no excessivo desenvolvimento do capital mercantil, mas sobretudo na incidência sobre o processo produtivo da articulação entre colônia-metropole e dependência externa, na expatriação da maior parte do capital acumulado, nas necessidades e ambições políticas da Casa Real, que se deve procurar as origens do "subdesenvolvimento" em Por-

tugal decadente. A Espanha foi diferente?

- O bloqueio espanhol

Durante o reinado de Carlos III (1759-1788) foram levadas adiante algumas das reformas propostas pelos economistas Iluminados pela Ilustração, destinadas a superar o atraso da Espanha em relação aos países europeus mais desenvolvidos. Tentou-se controlar o capital especulativo em grande medida "estrangeiro" incentivando as manufaturas fundamentalmente a indústria algodoeira catalana, alimentada com matéria prima americana a produção metalúrgica vasca, a marinha de guerra será seu maior cliente o incentivo à agricultura e o estímulo à colonização e ao comércio exterior.

Por que estas medidas não deram os resultados previstos? Ainda mais, por que foram tomadas neste século e não nas épocas passadas? Muito se fala de uma Espanha auto-bloqueada estruturalmente, incapaz de se auto-modificar. De uma Espanha que quanto mais riquezas extraía de suas colônias mais pobre ficava. Em que consistia este auto-bloqueio?

Enquanto o capital mercantil avançava avassaladoramente, a Espanha jazia num estatuto jurídico medieval. Somente em 1714, Aragão e Castela foram declaradas Províncias Unidas, isto é, no mesmo ano em que se tentava anular as alfândegas internas e os foros regionais. Um mercado nacional unificado era o primeiro passo para qualquer tentativa de recuperação econômica, num país que carecia de moeda, peso e medidas unificadas.

Por que as tentativas bourbônicas pré-carlistas não foram adiante? As medidas para eliminar os foros regionais resultaram em levantes - como o de Andaluzia - as medidas para eliminar as alfândegas internas provocaram revoltas nas Províncias Vascas - que possuíam o direito de importar mercadorias com taxas inferiores - e de Navarra - a "pátria do contrabando". Felipe V voltou atrás, re-impondo uma linha alfândegaria no rio Ebro.

Para a Catalunha e suas indústrias manufatureiras - a região mais próspera e dinâmica da Espanha - a eliminação das alfândegas internas significou uma penetração comercial profunda em Castela - o privilégio de monopolizar as riquezas das "Índias de Castela" implicava em possuir os impostos mais altos de toda Espanha - despertando com esta penetração a animosidade dos castelhanos. Resultado? Foram reimpostas duas alfândegas exclusivas para os catalães.

Lembramos que eliminar as alfândegas internas não significava liberdade de comércio, pois muitos produtos continuaram, ainda, a necessitar de guias para circular. Em 1758 foi elaborado um projeto para se unificarem pesos e medidas. Não foi adiante. Por baixo da moeda de Castela existiam uma libra catalã, a aragoneza, a levantina... Em Navarra contava-se por libras, em Castela por reais, nas Índias por pesos, todas com relações numéricas di-

ferentes... Em 1772 foi imposta uma moeda "nacional castelhana" o Real de Vellón, dividido em 34 maravedies, com subdivisões e falsificações de ouro, prata, cobre... E as confusões continuaram (24).

Enquanto a população morria de fome - isto apesar do crescimento agrícola e do aumento populacional na segunda metade do século - milhares de quilômetros de boa terra permaneciam improdutivas. A liberdade interna de comércio cerealista de 1765 não impediu que fosse necessário importar 12 milhões de sacas de trigo e 1,6 milhões de sacas de cevada até 1773. As colheitas deficitárias, a falta de silos, de uma rede comercial, a dificuldade dos transportes e, sobretudo, a estrutura fundiária bloquearam o seu desenvolvimento.

Quem saiu então beneficiado com o crescimento dos preços agrícolas - a nível europeu - após 1765? Na Espanha provocou um aumento nos rendimentos dos proprietários de terras, mas não através da produção. Tomemos o exemplo de Astúrias e da Galícia, uma região onde o latifúndio comandava até 1750. Em fins do século XVIII a situação era inversa e crítica para os pequenos agricultores, isto porque os proprietários arrendavam e sub-arrendavam as terras até que as mesmas se convertessem em minifúndios improdutivos. Os proprietários preferiam viver de rendas do que de produção (25).

Certamente existiam pequenos agricultores prósperos - como na Catalunha, por exemplo - ou grandes propriedades rendosas e irrigadas como em Valença - legado dos mouros - mas não estamos analisando a estrutura fundiária da Espanha, mas sim, enumerando alguns de seus auto-bloqueios. A norma era grandes extensões vazias e pequenas propriedades improdutivas.

Espanha é o país dos bloqueios. Ingleses e franceses importavam ovelhas de raça para melhorar a sua produção e a qualidade da sua lã, enquanto a produção nacional decaía em qualidade e quantidade. Em Badajoz existiam, cerca de oito mil quilômetros quadrados reservados à criação de ovelhas, sem nenhum animal e sem nenhum ser humano (26).

Desde os tempos dos Reis Católicos - Fernando e Isabel - existia uma legislação vigiada de perto por uma organização oficial chamada Mesta, pela qual um dono de rebanhos podia usufruir perpetuamente e por um aluguel fixo, todas as pastagens - o que não os convertia em proprietários - onde alguma vez houvessem alimentado algum par de ovelhas. Isto significava a vedação à agricultura de grandes extensões de terras, pois os grandes rebanhos de León, Soria, Segóvia e Cuencas invernavam na Andaluzia e em Extremadura, para retornar na chegada da primavera.

Assim, sem poder destruir a Mesta, Carlos III procurou miná-la por dentro, nomeando para dirigi-la homens encarregados de demolí-la. Aquela frase literal de Tomas Moro de que na Inglaterra as ovelhas comiam os homens, adquire aqui uma realidade trágica. As melhores lãs eram vendidas ao exterior, e as de baixa qualidade seguiam para os teares espanhóis. Ironicamen-

te, parte dos manufaturados comprados pela Espanha ou introduzidos pelo contrabando na América, continham lã espanhola, ou foram aperfeiçoadas com animais de raça da península.

Fica difícil avaliar a quantidade global das terras em mãos da Igreja. O que significava para a Espanha de 1770, que a sexta parte de León e Castela pertencessem a diversas instituições religiosas?(27). O direito Civil e canônico reconheciam que estas terras chamadas de "mão morta" - junto com as terras comunais formavam um cinturão de 30 milhões de hectares(28) - eram inalienáveis, inegociáveis e não pagavam impostos, o que não impedia ao Ajuntamentos locais e as instituições religiosas colocar colonos em forma de arrendatários.

Tanto a Igreja como os particulares cobravam Senhorios sobre campos e cidades. Alguns mantinham direitos senhoriais sobre a população - monopólio de caça e pesca, de moinhos, recebendo parte da produção agrícola - outros preferiam cobrar em dinheiro. Em Castela mais da metade dos povoado estava sujeita a senhorios (29).

O bloqueio espanhol não se limitava ao aspecto económico, pois a Religião Católica dominava as consciências de uma população rodeada de morte, demônios, infernos e fantasmas. Pablo Olavide estabeleceu em 1767 - por ordem do Rei - 44 colônias na Sierra Morena e Andaluzia, recuperando 3.000 quilômetros de terras vazias e improdutivas, com colonos alemães e franceses todos católicos juramentados - Em 1776 a Inquisição desapareceu com Pablo: ninguém teve a ousadia de substituí-lo, e o empreendimento foi abandonado à sua sorte (30).

O que significava ter 722.749 fidalgos e nobres, entre uma população de 9 milhões de espanhóis (31). Em 1787 existiam 535 títulos diferentes, mas somente 119 podiam ser qualificados de rendosos (32). Os grandes da Espanha viviam faustosamente das rendas senhoriais, sem investir uma moeda sequer na produção. Por baixo deles existiam os participantes das quatro ordens religiosas militares - herança direta da reconquista (Santiago, Alcántara, Calatrava e Montesa) -. Pertencer a uma delas significava honrarias e pensões lucrativas.

Mas na parte inferior da pirâmide, encontra-se a maioria dos fidalgos, proprietários de pequenos "mayorazgos". Isto quer dizer: um filho recebia de seu pai - por herança ou por doação - uma terra que este "vinculava" à sua pessoa, não podendo ser dividida ou alienada (usufruto). Imediatamente comprava um título de fidalgo e passava a viver da precária renda da terra. Não recebia pensões nem isenções fiscais por parte do Estado, como acontecia na França.

Francisco de Quevedo retrata em suas obras a vida destes fidalgos, sua promiscuidade, seu andar ereto com sua única capa e sua espada de latão, com o "servo" que compartilhava o chão onde dormiam, roubando para poderem se

alimentar. Uma ordem do rei Carlos confirma a situação destes fidalgos :

"Ordeno que os fidalgos trabalhem em algum ofício para manter suas famílias a fim de evitar o inconveniente de andarem vagabundeando e em más companhias, tornando-se onerosos à sociedade" (33).

Somente a lei e a vinculação à terra mantinham viva esta fidalguia.

Mas os mercantilistas estavam mais preocupados com o comércio e as manufaturas que com a agricultura. A história da primeira se divide nas reais e nas particulares, catalans fundamentalmente. A Coroa introduziu na Espanha - comprados por ouro americano - os melhores técnicos e as melhores máquinas, segundo o padrão colbertino. A péssima administração, o desentendimento dos técnicos e a fiscalização a que eram submetidos - pela Coroa e pela Igreja - mas sobretudo, sua aplicação em fabricar artigos de luxo destinados aos grandes palácios, fez com que as cifras fabulosas aplicadas não obtivessem outro resultado senão a glorificação do Império.

A indústria manufatureira catalã teve a meados do século, seu ciclo de ouro, graças a uma política protecionista e aos antecedentes comerciais da região mediterrânea. Entre 1760-1770 a Coroa permitiu a importação de produtos de algodão - com 25% de impostos - afundando os manufaturas regionais. O estado estava bloqueado entre a necessidade de recursos impositivos, pelo fato de ter que alimentar o mercado americano - diminuindo assim o contrabando - e a política de incentivo à indústria espanhola.

A influência dos comerciantes importadores-exportadores pesou nas decisões estatais, como pesou na supressão do sistema de Frontas e Galeões no comércio com a América (1740), e seu re-estabelecimento com a Nova Espanha em 1745. Três anos mais tarde foi generalizado o sistema de navios isolados.

Mas, como ficavam os ingleses que pelo tratado de Utrecht - que permitiu a ascensão ao trono espanhol de um Bourbon, aparentado com a Casa Real Francesa - tinha direito a um navio de registro na frota única que anualmente se dirigia a Porto Belo, na América?

Em 1750 a Inglaterra renunciou a este direito de introduzir mercadorias na América - alias, que poucos resultados práticos acarretou para seus cofres - por 100.000 libras de indenização e garantia da Espanha de que não seriam aumentados os impostos sobre a introdução de mercadorias inglesas no reino ibérico. Ora, isto significava pagar tarifas preferenciais estáveis sobre mercadorias inflacionárias, 350% na Inglaterra do século XVII, com as taxas alfandegárias de 1667. A Inglaterra pagava, na realidade, um terço dos direitos normais (34).

A tentativa borbônica de nacionalizar os transportes marítimos, foi mais "risonha" das propostas. As Leis de Navegação inglesa não permitiam que o comércio anglo-espanhol fosse feito em navios espanhóis. O que podia

ser conseguido era que o comércio de re-exportação fosse efetuado com navios nacionais. Aquilo o bloqueio era militar: a Espanha concentrava seus esforços na construção de navios de guerra que, sistematicamente, a Inglaterra mandava para o fundo do mar.

A Espanha adotou uma série de medidas que levariam ao comércio livre, uma tentativa de neutralizar o comércio inglês. Em 1765 chegou ao fim o sistema de porto-único, se habilitando nove portos para o comércio com a América. Em 1772 foi liberada a entrada de algodão em navios nacionais; em 1777 a livre-internação no Rio da Prata, e, finalmente, em 1778 foi promulgado o regulamento do comércio livre através de 13 portos espanhóis, com uma redução nos direitos alfandegários de produtos manufaturados, metalurgia e sobre o açúcar.

Todas as medidas reformadoras se destinavam a transformar a Espanha numa potência mundial. A Coroa gastou inúmeras fortunas em conflitos armados - por vontade própria ou levados a ela pelas alianças internacionais - para proteger seus domínios, assegurar o escoamento, das riquezas coloniais, e manter alto o nome do Império.

Quando as reformas de Carlos III começavam a dar seus primeiros resultados, a Espanha entra em guerra com a Inglaterra - sob o pretexto de apoiar as 13 colônias inglesas continentais da América do Norte - que bloqueia o Atlântico impedindo o fluxo das riquezas americanas. A economia espanhola é estrangulada, e as riquezas acumuladas pelo reformismo, transformadas em máquinas de guerra, são afundadas no oceano pela armada real britânica.

Para o Rio da Prata, as reformas borbônicas significam a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata - em 1776 - que compreendia os territórios dos atuais Argentina, Paraguai, Bolívia, Uruguai, parte do Chile (extra-oficialmente) e do Brasil Meridional. Com sua criação nesta zona de tensão entre os Impérios Lusó-Espanhóis, a Espanha formou um bloco para deter o avanço territorial Português, e a penetração comercial inglesa.

Era preciso preservar Buenos Aires - capital da nova unidade administrativa - porta de entrada ao mercado interior e ainda Alto Peru. Eliminando o contrabando e reservando para a Espanha a exploração do gado, cada vez mais importante, os castelhanos esperavam neutralizar a presença inglesa. Data desta época, a nomeação de um governador espanhol para as Ilhas Malvinas, ocupando um território militarmente estratégico no Atlântico, e ponto de escala dos navios que se dirigiam ao Estreito de Magalhães. Quantas ilhas ocuparam os britânicos alegando que estavam desocupadas?

Pelo auto de livre-internação de 1777- preâmbulo do Livre-Comércio - acentua-se a extração da prata potosina, ainda que sua produção já estivesse em decadência. Desde Buenos Aires, que se converte numa próspera cidade de 40.000 habitantes, se introduzem mercadorias numa corrente que se estende ao Alto Peru e ao Chile (35).

As medidas liberalizantes de 1778, que habilitaram o comércio direto com a Espanha contribuíram para o aumento do comércio inglês. Entre 1772-1776 penetraram nos portos de Buenos Aires e Montevideo 35 embarcações, sendo que 1779 ancoraram setenta e sete. Para toda a América - segundo Humboldt - as importações-exportações aumentaram 3,5 milhões para 150 milhões em 1796. As exportações de couro que ascendiam a 150 mil anuais, aumentaram para 13 milhões entre 1779-1796 (36).

"Não é exagero dizer que a América Espanhola, antes de sua emancipação, já é mais inglesa que peninsular. Quando se torna independente, será mais inglesa que nunca. Mais ainda: uma colônia econômica, barata para a Inglaterra. Esta não precisará ter gastos com funcionários, com exercitos. O bloqueio será transferido para o mundo que ela conquistou e colonizou" (37).

Certamente estão faltando na historiografia estudos que abordem as formas de extração de excedentes econômicos na América por grupos internos, que os transferem para os centros de dominação assentados na colônia, que por sua vez os transferem para as metrópoles européias. Estes são o capital mercantil, os proprietários de minas e plantações e a Igreja que remetia grandes importâncias para a Europa. Mas não podemos descuidar a forte absorção destas riquezas enviadas a Madrid ou a Lisboa por parte da Grã-Bretanha, que foi sem dúvida, um dos fatores da não conversão monetária em atividades produtivas, e na acumulação de capital em centros extra-Ibéricos.

Em fins do século XVIII a América aumenta e se especializa na produção de matéria-prima com o crescimento subsequente das importações de produtos industrializados e manufaturados. Estes últimos provinham das re-exportações britânicas de têxteis indianos e das exportações da Revolução Industrial Inglesa, iniciada na indústria têxtil do algodão. Paradoxalmente as últimas remessas indianas foram consumidas pelos americanos e africanos; para os primeiros significou a eliminação do artesanato local que sobrevivia à sombra do protecionismo. Na África, os têxteis indianos compravam mão-de-obra de cor para aumentar a produção de matéria-prima americana. Brevemente a Índia se transformará como a América, em exportador de matéria-prima e importador de produtos industrializados, modificando, no século XIX, seu secular modo de produção. Os sinos começam a dobrar com a chegada do liberalismo...

1.2 Produção, Circulação, Acumulação

O movimento fundamental da história do século XVIII foi o da acumulação primitiva de capital. Em que consiste este movimento e por que foi fundamental?

Comerciantes, piratas e guerreiros - um tripé inseparável - cruzaram os mares rumo à África, Ásia e América. O Atlântico foi cenário do cruzamento de comércio triangulares - modificados, mas nunca eliminados - cujos lucros forneceram um dos principais fluxos da acumulação primitiva de capital nas metrópoles. Nas Américas, as 13 colônias do Norte conseguiram, pela sua peculiar situação no comércio mundial, acumular capital para encaminhar seu desenvolvimento.

O ouro e a prata foram os principais objetos da cobiça e das ambições do homem europeu. As informações sobre o fluxo de metais preciosos para Espanha e Portugal são desconhecidas. O contrabando, o metal-mercadoria, a evasão de moedas são fatores difíceis de quantificar. Os economistas constroem séries contínuas ou descontínuas para cobrir lacunas e falta de documentação, mas sem chegar a um acordo de como as construir (38).

A colonização da América consistiu, essencialmente, na implantação de sistemas produtivos complementares da economia européia, destinados a abastecer seus mercados de produtos tropicais e metais preciosos. O açúcar foi o produto pioneiro, seguido do tabaco e do algodão. Os continentes passaram a ser integrados através das linhas comerciais na "economia mundial dos Estados marítimos europeus". Entre estes, a Inglaterra foi, sem dúvida, a mais beneficiada.

"O comércio triangular proporcionava um estímulo triplo à indústria britânica. Os negros eram adquiridos com artigos manufaturados britânicos; transportados para as plantações produziam açúcar, algodão, anil, melão e outros produtos tropicais, cujo beneficiamento criavam novas indústrias na Inglaterra, enquanto a manutenção dos negros e seus donos nas plantações propiciavam outros mercados para a indústria britânica, a agricultura da Nova Inglaterra e a pesca de terra nova" (39).

As grandes companhias comerciais não eram outras coisa senão sociedades de conquista. Basta observar os holandeses no Nordeste Brasileiro. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais fretou entre 1633-1638 cerca de 800 barcos, com um custo de 4,5 milhões de libras, capturando 540 navios espanhóis cujas cargas importavam a cifra de 6 milhões de libras, mais outros três milhões saqueados aos portugueses. No balanço da Companhia, sempre figuravam os lucros e as perdas por atividades corsárias (40).

Na segunda metade do seiscentos se estabeleceram no Caribe, ponto de trânsito obrigatório para os navios espanhóis abarrotados de ouro e prata. Diferentemente do antigo pirata-comerciante dedicado ao corso, isto é, ao assalto de navios em alto-mar, os bucaneiros se estabeleceram por sua conta e risco nas ilhas do Caribe, desenvolvendo uma atividade mais independente dos centros metropolitanos, chegando a construir uma sociedade com suas próprias regras de comportamento.

"Acabaram porém por se transformar em cabeças de ponte para o ataque sistemático por parte das novas potências coloniais ao monopólio ibérico. A sua virulência decresceu na medida mesma em que se encetava a colonização, sistemática das ilhas por parte dos franceses, ingleses e holandeses. No século XVIII, vão rapidamente minguando os flibusteiros e bucaneiros; e propriamente a concorrência colonial que se instaura no mundo antilhano" (41).

A partir do estabelecimento de pontos estratégicos, para organizar e ficientemente o assalto ao Império Espanhol, estes mesmos homens e estes mesmos barcos não desenvolverão mais a bandeira negra, mas a bandeira de cada país europeu. Em 1717 passaram 15.000 piratas, ingleses pela colônia continental da Carolina, rumo ao Caribe, dos quais 800 tinham seu quartel general em New Providence. (42).

Mas piratas por excelência foram os ingleses. Parte da alta aristocracia estava metida no negócio. Os ingleses ora partem como descobridores, ora como funcionários do Estado, como piratas, comerciantes ou capitães da Armada Real, ou tudo isto ao mesmo tempo. John Hawkins era tão famoso pelos seus ataques piratas contra os navios espanhóis, como por ser um respeitado homem de negócios. (43).

As demais potências européias passaram a repetir o padrão inglês, associando piratas, comerciantes e funcionários do Estado. Mas a Inglaterra já havia construído a maior frota dos mares: para cada 7.000 navios ingleses, correspondias 6.500 holandeses e apenas 500 espanhóis. A marinha de guerra inglesa era a mais eficiente em competitividade e em resultados. A Espanha manteve uma média anual de 65 navios de guerra, sendo que somente 50 estavam armados. (44).

O crescimento do comércio britânico propiciou um desenvolvimento da construção naval, crescimento este amparado pelas Leis de Navegação Inglesas. Suas colônias não podiam comprar um prego que não fosse transportado por navios ingleses. Não podiam comprar nada que não fosse inglês, a não ser adquirido na Inglaterra e transportado por navios nacionais.

Um outro comércio triangular à margem dos monopólios foi o efetuado pelas colônias continentais inglesas da América do Norte. A importância do açúcar fez com que as ilhas do Caribe não desperdiçassem um centímetro de terra para plantar alimentos de subsistência. Os continentais passaram a suprir a região açucareira antilhana de produtos agrícolas e pescaria para alimentar senhores e escravos. Este comércio, feito por navios ingleses construídos na colônia, tirava das mãos da metrópole mais de dois milhões e meio de libras esterlinas por ano. (45).

Em troca de suas provisões, os norte-americanos levavam açúcar, rumo e melaco. Em um determinado momento a questão passou a ser esta: por que comprar este produto inglês, se o francês estava sendo vendido pela metade do preço? Como resposta à tentativa inglesa de impor leis que impediam este

comércio fora do circuito britânico, os continentais passaram a exigir que as possessões inglesas pagassem os produtos agrícolas em dinheiro. E com ele compravam - ilegalmente - açúcar e melão dos franceses (impedidos de fabricar bebidas alcoólicas para não fazer concorrência aos da metrópole), destilando-os no continente. Seu preço era imbatível nas Antilhas.

Em 1753 o valor do comércio entre as colônias do norte e a Jamaica foi estimado em 75.000 libras, sendo 25.000 pagas em mercadorias e 45.000 em dinheiro (46). A tentativa inglesa de impor o monopólio (Lei da Tarifa do Açúcar em 1764) encaminhou a Revolução Americana. Não estamos discutindo as causas da emancipação, mas o fato de as colônias inglesas acumularem capital através da produção e da circulação, e o fato de estas colônias terem quebra do num movimento de dentro para fora, com as amarras coloniais, para continuar seu desenvolvimento.

O comércio triangular se estendia ao Índico. Navios portugueses de regresso do Oriente completavam sua carga no Brasil com produtos primários e prata castelhana, vendendo mercadoria oriental. Quantos navios ingleses, franceses ou portugueses penetraram no estuário do Prata para comercializar clandestinamente?

Na Europa existe um ditado que todos os caminhos levam a Roma e na América todos os caminhos levavam ao Potosí. Os lusitanos, que adquiriam a prata da Espanha exportando açúcar, tabaco e pau-brasil, ou através das frentes holandesas que, retornando da Espanha, contrabandeavam o metal nobre, ou simplesmente compravam mercadorias lusitanas - fundamentalmente sal - viram com as guerras seculares, cortado este antigo fornecimento.

A Bacia do Prata adquire então uma nova dimensão. Um comércio triangular se estabelece entre Lisboa-Rio de Janeiro-Sacramento. Levando mercadorias européias e asiáticas, navios partiam de Lisboa para o Rio de Janeiro, vendendo parte dos produtos e carregando comestíveis para os povoadores de Sacramento, de onde retornavam com piastras espanholas e couros.

Em 1721, sob a pressão de uma povoação que ameaçava abandonar a região se não lhe fosse permitido abastecer-se diretamente com a Espanha, foi permitida a internação de 700.000 pesos, o que significava a evasão de 700.000 pesos em prata. Até o regulamento do Livre-Comércio, o contrabando será a norma.

Um galeão espanhol podia sair de Castela com produtos, têxteis, manufaturados, vinhos, materiais de construção... rumo a Buenos Aires, onde era despachado para as Antilhas com couros e carne-seca - alimento para os escravos - recebendo açúcar, prata, ouro e algodão, para retornar à Espanha. Esta era uma viagem típica de fins do século XVIII, depois da decretação do Livre-Comércio.

Neste quadro geral da extração do excedente econômico colonial e da

concentração crescente de capitais nas metrópoles européias, especialmente nas Ilhas Britânicas, o Brasil formou parte de um lucrativo comércio triangular. As frotas retornavam do Rio de Janeiro (as frotas do ouro e da prata, pedras preciosas, couros...) de Bahia (açúcar, tabaco, pau-brasil...) e Pernambuco (dando preferência às madeiras...) e as frotas do Grão-Pará e Maranhão, depois de 1760. Navios portugueses partiam de Lisboa para a África carregados de manufaturas, bebidas e armas para serem trocados por negros e cravos, transportados depois para estes pontos da costa brasileira.

Necessitados de novos mercados para colocar as manufaturas e de prata para cobrir seu deficitário comércio oriental, os ingleses golpeariam, insistentemente, os mercados coloniais da América Hispano-Indígena. Para alcançar as minas de prata de Potosi, os britânicos entraram em entendimento com os lusitanos. Desta associação nasceu a Colônia do Sacramento, mediante a qual se colocavam os produtos europeus e asiáticos nos mercados interiores, em troca da prata potosina (47).

Os documentos e a historiografia concordam em que entre 1680 e 1750 os ingleses saíram mais que beneficiados deste empreendimento. Tendo que sustentar a colônia - física e militarmente - os lusitanos pagavam para que os comerciantes ingleses fizessem seus negócios. Entre 1750-1777 a situação se alterou, porque se alterou também a situação internacional, como descrevemos nas páginas anteriores.

Entre o tratado de Madrid (1750) e o de Santo Ildefonso (1777) Sacramento não ficou isolado. Num mapa da América, vemos que Potosi havia sido abordado através de três frentes: Sacramento, no Prata, a Praça do Iguatemi, sobre o Paraguai, e através de Curitiba, no Mato Grosso.

"Temos ouro, mas é de prata que necessitamos" reclamavam os portugueses. Ora a prata mexicana estava longe dos dedos lusitanos, o fluxo através da Espanha fora bloqueado, ainda que não fechado, pelas guerras do século XVIII. Com a prata se faziam os negócios, enquanto o ouro servia para fechar a balança de pagamentos. Potosi era a saída mais lógica.

Com o objetivo de aproximar as fronteiras meridionais à prata de potosi - fator econômico - e ao rio da Prata - fator político - a Coroa se apropriou do excedente potencial dos produtores paulistas, que não seguia rumo a Lisboa, mas era destinado à formação e manutenção do exército colonial com o qual se pretendia conquistar o território compreendido entre São Pedro e os rios Paraguai-Uruguai - conquista mais política que econômica - continuando com a extração da prata potosiana (sem esquecer os animais platenses e a erva-mate) que contribuíram para a acumulação de capital nas metrópoles européias.

Entre promover a economia de exportação de produtos primários - como havia sido ordenado ao governador de São Paulo em 1765 - e a exigência de

manter um exército sem possuir os recursos necessários, a metrópole não só explorou, com uma aceleração crescente de violências sobre a população que se negava a servir no exército, como destruiu a economia paulista, retardando seu desenvolvimento agrícola e comercial. Em poucas palavras, manter a Capitania de São Paulo fora de circuito comercial, foi condição inerente ao processo de acumulação de capital na metrópole europeia.

Com as transformações sociais, a aceleração de sua economia e as modificações no comércio exterior, a Inglaterra se converterá, na segunda metade do século XVIII, no grande polo de atração do sistema mundial, em cujas órbitas girarão - utilizando a feliz expressão de Gunder Frank - satélites periféricos (48)

Isto significava privilegiar a circulação em detrimento da produção. De nenhuma maneira. Os satélites periféricos não são corpos inertes. Portugal possuía uma força própria e tentou, persistentemente, fugir a esta influência. Da mesma forma que a órbita de um satélite não é constante nem perfeitamente elíptica, assim os países periféricos sofrem alterações em sua superfície quando se aproximam ou se afastam da grande massa central.

Não se trata de buscar a confirmação da primeira tese de Gunder Frank de que o Brasil do século XVI era capitalista, crítica que ele mesmo fez, nem de abandonar a produção em benefício da circulação;

"as causas externas são a condição da mudança e as causas internas a base das mudanças, as causas só se tornam operantes através das causas internas" (49)

Devemos compreender, por exemplo, como a Capitania de São Paulo, com sua economia perfeitamente aparelhada para a auto-suficiência, sob o desenvolvimento das forças produtivas, onde os salários quase sempre nominais encobriam uma prestação de serviço, foi integrada ao movimento fundamental da história do século XVIII, que é a acumulação primitiva de capital nas metrópoles europeias.

Esta conexão estrutural polarizará e agudizará as tensões nos estratos inferiores da sociedade, e, mesmo depois de algumas hesitações, nas camadas dominantes. Só que esta tensão não afetará a metrópole. A presença do Estado penetrará, profundamente, nesta época na sociedade paulista.

A estrutura se estendia desde os centros macro-metropolitanos do sistema econômico mundial, passando pelos países europeus satélites ou dependentes, chegando ao Rio de Janeiro - mexia os peões do xadrez americano - através dos governadores de São Paulo, que cooptavam os senhores paulistas para que, com uma partida de "soldados" chegasse ao agricultor perdido nas serras da Cantareira, para retirar em nome de El-Rei os produtos agrícolas para alimentar o exército. Não só se apropriavam do produto de seu trabalho, como retiravam os braços para trabalhar: 2, 3, 4 filhos eram amarrados nos cava -

los, como "voluntários" do exército.

O filho do agricultor da serra da Cantareira morreria num buraco nas fronteiras meridionais, para permitir a continuação da acumulação de capital na metrópole, e o engrandecimento do Império Português. Formou-se na América portuguesa uma série de constelações menores, cada uma com sua própria metrópole menor, todas dependentes direta ou indiretamente dos centros metropolitanos europeus. (50).

É possível falar de dependência e sub-desenvolvimento na era Colonial? Sim se lhes dermos conteúdos. É possível falar da Teoria da Dependência e do sub-desenvolvimento numa época em que estes conceitos parecem superados? Sim, se lhes dermos novos conteúdos. "Existem três vertentes diversas que contribuíram para fazer ressurgir a noção de dependência. Estas três vertentes são: as análises inspiradas na crítica aos obstáculos do "desenvolvimento nacional", as atualizações, a partir da perspectiva marxista, das análises sobre o capitalismo internacional na fase monopolista, e finalmente, a caracterização do processo histórico estrutural da dependência em termos das relações de classes que, ligando a economia e a política internacional a seus correspondentes locais e gerando, no mesmo movimento, contra-dições internas e lutas políticas, asseguram a dinâmica das sociedades dependentes. (51) A partir desta última perspectiva, avançamos junto com Samir Amir na Crítica à Teoria do Sub-desenvolvimento, para retornar à época colonial para compreender a dinâmica da formação do capitalismo periférico, (52) ou como coloca brilhantemente Agustín Cuevas, para compreender o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, através da via Oligarquica-Dependência. (53)

NOTAS

- (1) HOBBSAWM, Eric - A crise geral da economia europeia no século XVII. In SANTIAGO, Theo (org.) - Capitalismo-Transição. Segunda edição. Rio de Janeiro, Eldorado, 1975.
- (2) GODINHO, Vitorino de Magalhães - Os descobrimentos e a economia mundial. Segunda edição. Lisboa, Editorial Presença, 1971.
- (3) MANTOUX, P. - La revolución industrial en el siglo XVIII: ensayo sobre los comienzos de la gran industria moderna en Inglaterra. Madrid, Aguilar, 1962.
- (4) DOBE, Maurice - A evolução do capitalismo. Quarta edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- (5) HOBBSAWM, Eric - Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitaria, 1978, p. 45.
- (6) MANCHESTER, Alan K. - Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 34.
- (7) HOBBSAWM, Eric - A crise geral da economia europeia no século XVIII. Ob. cit., p. 116.
- (8) HOBBSAWM, Eric - Da Revolução Industrial Inglesa... Ob. cit., p. 48.
HOBBSAWM, Eric - As origens da Revolução Industrial. São Paulo, Global, 1979.
- (9) HOBBSAWM, Eric - Da Revolução Industrial Inglesa... Ob. cit., p. 34.
- (10) SOMBART, Werner - El burgués. Quarta edição. Madrid, Alianza Editorial, 1982.

- (11) PEREIRA, M. Halpern . Política e economia. Portugal nos séculos XIX e XX. Lisboa, Livros Horizonte, 1979.
- (12) MANCHESTER, Alan K. - Ob. cit., pp. 17 e segs.
- (13) Idem, p. 40.
- (14) Idem, p. 42.
- (15) PEREIRA, M. Halpern - Ob. cit., p. 56.
- (16) MANCHESTER, Alan K. - Ob. cit., p. 54.
- (17) PEREIRA, Miriam Halpen - O comércio com Portugal e o desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha (críticas a FISCHER, H. E. S. - The Portugal's trade, London, Methuen, 1971). In Política e económica... Ob. cit., pp. 129-135.
- (18) Idem.
- (19) GODINHO, V. de Magalhães - Portugal, as frotas do açúcar e as frotas de ouro (1670-1770). Revista de História São Paulo nº 15, p. 86, 1953.
- GODINHO, V. M. - A historiografia portuguesa orientações, problemas, perspectivas. Revista de História, São Paulo, nºs 21-22, 1955.
- MACEDO, Jorge de - Portugal e a economia pombalina. Revista de História, São Paulo, nº 19, 1954.
- (20) PEREIRA, M. Halpern - Ob. cit., p. 57.
- (21) GUNDER FRANK, André - Acumulação, dependência e subdesenvolvimento. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, p. 101.
- (22) Idem.
- (23) MAURO, Frédéric - La expansión Europea (1600-1870). Barcelona, Editorial, Labor, 1968, p. 41.
- (24) SANCHEZ, Borba, HERNÁNDEZ, M. - Las Indias en el siglo XVIII. In VI VIVES, J. (dir.) Historia de España y América, social y económica. Vol. IV. Barcelona, Editorial Vicens Vives-Bolsilio, 1974, p. 311.
- (25) HERR, Richard - Espanã y la Revolución de siglo XVIII. Madrid, Aguilar, 1964, pp. 83-84.
- (26) Idem, p. 74.

- (27) HERR, Richard - Espanã y la Revolución del siglo XVII. Madrid, Aguilar, 1964, p. 76.
- (28) MERCADER, J. E. DOMINGUEZ, A. - La epoca des despotismo ilustrado. In VI VENS-VIVES, J. (dir.) - Historia de Espanã y America, Social y economica. Ob. cit., p. 15.
- (29) HERR, Richard - Ob. cit., p. 15.
- (30) Idem, p. 97.
- (31) No Censo de 1787, 480.589, no de 1797, 402.059. HERR, Richard - ob. cit., p. 79. Política consciente dos Bourbons? Mortalidade dos fidalgos sem rendas?
- (32) HERR, Richard - Ob. cit., p. 79
- (33) Idem, p. 81.
- (34) VILAR, Pierre . Oro y moneda en la história (1450.1920). Barcelona, Ediciones Ariel, 1969. Vilar discorda de Hamilton, quando este afirma que o descompasso entre salários e preços inflacionados - a inflação do lucro - permite a industrialização na Inglaterra, isto, segundo Vilar, acontece numa economia assalariada, sendo que no século XVII o artesão industrial ainda não é assalariado. MERCADER, J. E. DOMINGUEZ, A. - Ob. cit., p. 167.
- (35) TOURON, Lucia Sala de ; RODRIGUEZ, J.C. DE LA TORRE, Nelson - Evolución economica de la Banda Oriental. Segunda edição. Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos, 1968.
- (36) Idem, p.50.
- (37) POMER, León . História da América Hispano - indígena. São Paulo, Global, 1983, p. 159.
- (38) Pierre Vilar levanta os dados entre 1701 e 1800, mostrando que os fluxos de prata e ouro americanos alcançaram 2.851.685 kilos, contra os 1.057.979. recebidos na Espanã, entre 1641-1650. Vale o registro. VILAR, Pierre . Ob. cit., p. 223.
- A Espanha devia, seguindo o rumo de Portugal, cobrir o déficit da balança comercial com o metal de suas colônias, o qual era quase 30 milhões de franços anuais com a França - dados de entre 1716-1720 - e 20 a 3 milhões de libras esterlinas, também anuais, com a Inglaterra, nos primeiros anos do século XVIII. Cf. SOMBART, Werner - Ob. cit., pp. 324-325.

Durante este século, seguia para o exterior cerca de metade da 326.980.00 Réis de Vellón de Prata. Em fins do século circulavam ao redor de 3 a 4 milhões. Ora, se a América administrava entre 10 e 15 milhões anuais, isto significava que um terço dessa massa ficava para a Espanha, e o restante se evadia para os cofres franceses, holandeses, ingleses, ou italianos. Cf. MERCADER, J. e DOMINGUEZ, A. - Ob. cit., p. 29.

- (39) WILLIAMS, Eric - Capitalismo e escravidão. Rio de Janeiro, Editora Americana, 1975, p. 47.
- (40) SOMBART, Werner - Ob. cit., p. 86.
- (41) NOVAIS, Fernando Antonio - Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo, Hucitec, 1979, p. 37.
- (42) SOMBART, Werner - Ob. cit., p. 85.
- (43) Idem.
- (44) SANCHEZ, Borba, FERNANDEZ, M. - Ob. cit., p. 413
- (45) WILLIAMS, Eric - Ob. cit., p. 122.
- (46) Idem, p. 46.
- (47) CANABRAVA, Alice Piffer - O comércio português no Prata (1580-1640). São Paulo, faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1944.
- BLANCO ACEVEDO, Pablo - El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad. Montevideo, Impresora Ligu, 1959. Quarta edição
- (48) GUNDE FRANK, André - Capitalismo y desarrollo en América Latina. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974. Terceira edição.
- (49) GUNDE FRANK, André - Acumulação, dependência e subdesenvolvimento. Ob. cit., p. 22.
- (50) PEREGALLI, Enrique - O Exército Colonial na Capitania de São Paulo. Tese de Mestrado Puc/SP (mimeografado).
- (51) CARDOSO, F. Henrique Notas sobre o Estado Atual dos Estudos sobre a Dependência in José Serra (coord.) América Latina: ensaios de interpretação econômica Rio Paz e Terra 1976 p. 364
- (52) AMIM, Samir La Acumulación Mundial Mexico Siglo XXI 1974
- (53) CUEVAS, Agustín O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina São Paulo Global 1982